

PROGRAMA DE GOVERNO
COLIGAÇÃO “CAMPINA TEM JEITO”

PCdoB – MDB – REDE – PT

Campina Grande, setembro de 2020

CAMPINA GRANDE É DO POVO

Campina Grande é uma cidade que tem a marca da luta e do trabalho criativo e persistente do seu povo. Porém, de modo contraditório, também é marcada pela má distribuição de renda. Em certo momento na história apresentou crescimento econômico importante, depois passou a oscilar entre momentos de relativo crescimento contrapondo-se com fases de declínio e estagnação e, atualmente, acompanhando o modelo de gestão nacional, assume uma agenda restritiva de direitos sociais e alargamento de desigualdades sociais. O carimbo opressor das oligarquias não permite que a Administração esteja/permaneça aberta à participação popular e, a gestão que deveria ser pública, serve a compromissos familiares e de interesses parentais.

Os donos do poder se reproduzem e distribuem o poder que lhes pertence, como numa capitania hereditária. O pai que passa para o filho, que passa para o primo, que transfere ao tio, que volta ao patriarca, que repassa ao neto em parceria com o neto do outro sócio do poder. Política e poder são negócios de família. As elites se revezam entre suas famílias, mas não admitem que as mais de 100 mil famílias participem das decisões do poder. Essas estão excluídas! O sobrenome tem mais importância que a competência e os que são agraciados com o poder devem preparar seus sucessores pela consanguinidade, sem descuidar, nunca, de uma espécie de “genética das elites.”

O desemprego é certamente o principal problema e, também, o grande desafio pós-pandemia. A situação já era crítica antes da Covid-19 e, com a crise, o número de pedidos diários no setor de seguro-desemprego do Sine Municipal de Campina Grande subiu pelo menos 1.400%. A população estimada de Campina Grande é de 410 mil habitantes, com uma renda média de 2 salários mínimos. Porém, 39,5% da população têm rendimento médio de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Apenas 30% da população economicamente ativa está ocupada. Sobretudo, jovens que não têm a oportunidade do primeiro emprego e muitas vezes essa é a causa primária dos demais dramas sociais como a desagregação familiar, a fome, a prostituição e a violência de modo geral.

O sistema público de saúde na cidade beira o descalabro. A crise que já existia antes da pandemia, se agravou e a briga dos grupos das elites mantém o absurdo isolamento entre

prefeitura e governo estadual. PSFs foram fechados, não há médicos suficientes e a demora pela marcação de exames e consultas é impiedosa: faltam medicamentos básicos, estruturas de saúde e equipamentos estão sucateados e leitos de maternidade não são seguros para gestantes e recém-nascidos.

A educação pública trilha uma marcha de lentidão. As escolas estão desaparelhadas, a informatização destas é inexistente, a falta de segurança é total. Ao mesmo tempo os salários dos professores são aviltantes, as condições de trabalho e vida dos trabalhadores em educação, no geral, são uma afronta ao bom senso e uma vergonha para uma cidade do porte de Campina Grande.

O analfabetismo formal e funcional, a falta de emprego, de acesso ao esporte, à cultura e ao lazer e, principalmente, de espaços democráticos de participação social e política, empurra contingentes cada vez maiores da juventude para a marginalidade, a prostituição e as drogas, que fazem a violência explodir por todos os cantos da cidade, sobretudo, na forma de assaltos a cidadãos e cidadãs.

Neste quadro dramático é gritante o fracasso ou mesmo ausência do poder público, que não consegue enfrentar nem as urgências sociais, nem os problemas urbanos estruturais de médio e longo prazo. Há muita propaganda para dar visibilidade eleitoral a quem governa e pouca transparência que dê visibilidade política aos que tentam se organizar por baixo, pelas estruturas do movimento popular, sindical e partidário buscando construir uma cidade mais humanizada e um mundo justo para todos.

Com relação ao sistema de transporte público, é um espaço de crises e impasses. Não há uma lei rígida que obrigue os proprietários de empresas de transportes coletivos a cumprirem metas rigorosas de atendimento, de renovação da frota, de controle da emissão de gases poluentes. As passagens são mais caras a cada dia – comprometendo a renda dos trabalhadores usuários do serviço – e a fiscalização é inoperante. Um dos poucos direitos, que era a integração, foi comprometido recentemente com mudanças que só prejudicaram os mais vulneráveis. É preciso debater com a sociedade uma nova regulamentação para os transportes públicos, em geral, que garantam qualidade, segurança e excelência no atendimento e impeçam a formação de cartéis e monopólios. A cidade não tem ciclovias efetivas, bem planejadas; o transporte de cargas é feito em

horários impróprios e cotidianamente desorganiza mais ainda o trânsito em áreas centrais. O Plano de Mobilidade Urbana, dívida do poder municipal, espera eternamente pela implantação.

A democracia na cidade é o valor essencial mais desgastado. Não há transparência pública na execução do orçamento nem das políticas e os Conselhos, pouco existentes, são ineficientes ou inativos, cada dia mais vinculados ao poder executivo, apenas referendando suas políticas, salvo os poucos que funcionam pela persistência de alguns abnegados militantes dos movimentos sociais. Inexistem administrações regionais (que deveriam funcionar em distritos como São José da Mata, Galante, Lagoa do Meio, Catingueira, etc), dificultando a solução de pequenos problemas vividos pelas populações destas regiões.

O centro comercial da cidade transformou-se numa verdadeira feira livre. As calçadas foram tomadas e os transeuntes – cidadãos contribuintes não têm o direito sequer de usá-las com segurança. Caminha-se, hoje, pelo leito perigoso das pistas disputando espaço com os veículos automotores e motocicletas. Os portadores de necessidades especiais são desrespeitados pois não há rampas de acesso, fora de uma pequena área no centro da cidade, para exercerem seu inalienável direito de ir e vir. Os locais de estacionamento, cada dia mais escassos pela falta de planejamento do crescimento do setor comercial, vão sendo loteados em zonas verdes e azuis. Paga-se por um serviço inexistente, onde nem mesmo segurança é oferecida.

Neste sentido, o governo municipal não pode se eximir de suas responsabilidades. Da responsabilidade com a situação de caos iminente a que chegamos em razão das decisões que não foram tomadas no passado e com as soluções que o presente e o futuro reclamam com premência.

MAS CAMPINA TEM JEITO...

É preciso entregar ao povo a gestão da cidade. É possível recivilizar Campina Grande, para torná-la de fato uma cidade boa para se viver e conviver, trabalhar e divertir-se, integrando as maiorias populacionais e minorias sociais às oportunidades que ela pode oferecer, saneando e preservando o meio ambiente. Isso é tarefa para mais de uma

década. Exige largueza de perspectivas para criar um bloco político amplo e coeso, compromissado com as camadas populares, aliado a amplos setores médios interessados nos destinos da cidade, com um projeto de curto, médio e longo prazo.

O investimento na qualidade de vida das pessoas como fator de promoção de desenvolvimento social e humano tem que ser a perspectiva e, neste sentido, encontrar soluções para a integração dos esforços públicos é o desafio. Problemas de uma cidade de porte médio como Campina Grande não serão resolvidos apenas no âmbito do município, como é notório na esfera do transporte, emprego, saúde e habitação entre outros, por isso a necessidade de integração de soluções tanto em nível vertical (União, Estado e Município, interagindo na realidade da maior cidade do interior paraibano), quanto horizontal (saúde, educação, saneamento, segurança, habitação, etc), numa nova filosofia de administração.

Nosso projeto se coaduna em todos os sentidos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS - aprovados e definidos como agenda mundial da Organização das Nações Unidas - ONU, em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os temas podem ser divididos em quatro dimensões principais: Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça; Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas; Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros; Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS. Os ODS foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões e definições a respeito desta agenda. O

país tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. (Fonte: Organização das Nações Unidas)

Ademais, é preciso fundamentalmente **descentralizar corajosamente a administração**, promovendo intensa participação social na solução dos problemas, comprometendo os setores sociais com a identificação-solução-controle dos problemas da cidade. Ou seja, promover uma **profunda democratização** como medida saneadora da administração e promotora de **novo padrão de relacionamento da população com a esfera pública**. Esta profunda democratização anda de mãos dadas com o fortalecimento (diríamos: imposição real) do poder público em toda a acepção da palavra, notadamente nos setores da saúde, educação, transporte, habitação e urbanização em geral, o poder público é insubstituível para estruturar, normatizar, fiscalizar.

Para atingirmos objetivo de tal envergadura, nós da **Coligação “Campina tem jeito”**, entendemos que é preciso um grande Movimento em Defesa de um Governo Democrático e Popular para Campina Grande e, assim, conclamamos os democratas, progressistas, setores independentes e sinceramente comprometidos com um projeto coletivo de sociedade humanizada, homens e mulheres trabalhadoras, juventude ávida por trabalho, educação, cultura, lazer e dignidade, para uma Unidade em torno de um Projeto que, construído coletivamente por todas estas forças sociais, possa retrabalhar nossa cidade, possa transformá-la verdadeiramente num espaço de convivência social, cidadania e desenvolvimento das potencialidades humanas de todos os que a escolheram para viver e se construir como sujeitos históricos.

Sempre estivemos **com o povo** e preocupados com o debate e a construção de uma agenda democrática. Em toda a sua trajetória, sempre se esforçou para conferir à cidade e aos cidadãos melhores perspectivas de vida, sempre lutou pela eficiência dos serviços públicos e pela racionalidade da máquina governamental e renova este compromisso nas eleições municipais de 2020, empreendendo todos os esforços no sentido de conduzir esse processo de forma solidária, consciente e programática visando uma grande transformação no cenário político e uma mudança criteriosa na maneira de gerir a coisa pública.

Em contexto pós-pandemia, os desafios de uma administração de uma cidade do porte de Campina Grande exigirão *paciência e disciplina* para ouvir a população, *integração e respeito* para articular setores de pensamento e elaboração, como as Universidades e *coragem, ousadia e disposição* para as ações concretas de cuidado às pessoas e recuperação da economia.

Administrações anteriores e, sobretudo, a administração atual não demonstraram o compromisso necessário com a cidade e seus problemas. *Relatos diários de carência na atenção básica de saúde, a falta de atendimento e de medicamentos básicos, a falta ou ineficiência na limpeza e manutenção dos espaços públicos, a falta de incentivo à geração de emprego e renda, os prejuízos no processo educacional, os escândalos envolvendo desvios de recursos e nepotismo* dão conta de como o governo não consegue cumprir minimamente as atribuições básicas da gestão. A Covid-19 apenas amplificou as dificuldades de administração da cidade.

É neste ambiente que apresentamos à cidade uma alternativa, construída em ampla frente democrática e popular, um nome de respaldo pelo trabalho já desenvolvido, pela capacidade de diálogo com as massas e sensibilidade com os problemas de cada canto da cidade. Inácio Falcão, hoje, como pré-candidato à Prefeitura de Campina Grande aglutina e compartilha as melhores qualidades para liderar o campo da oposição e recolocar a cidade no caminho do desenvolvimento.

O presente plano apresenta as propostas de Inácio Falcão (Prefeito) e de Tatiana Medeiros (Vice) na “Coligação Campina Tem Jeito” composta pelos partidos PCdoB, MDB, PT e REDE para a cidade de Campina Grande na Paraíba.

Estas ideias de plataforma foram levantadas através de muitas consultas a pessoas, especialistas e profissionais de cada ramo de atividades. Esta plataforma será debatida e garantida através de intenso debate e articulação com os representantes do povo eleitos para a Câmara municipal além dos representantes dos diferentes Conselhos públicos das diferentes áreas de políticas públicas. Por fim, destacamos ainda, de forma expressa, que deveremos absorver as propostas pensadas, tratadas e sistematizadas pelo Fórum Pró-Campina e que também integrarão nosso programa mais adiante.

I) CAMPINA GRANDE: UMA PROPOSTA DE GOVERNANÇA PÚBLICA COM TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA

Trazer o cotidiano das pessoas como tema prioritário de governo e aproximar os cidadãos da gestão é o objetivo. Gerir a partir de instrumentos ágeis e inteligentes e planejar de modo integrado com acompanhamento de toda a máquina municipal deve ser a metodologia. Algumas de nossas propostas:

1. Gestão eficiente, com metas, planos e objetivos para realização dos serviços;
2. Gestão transparente: Amplo esclarecimento sobre metas e realizações de Secretarias e demais órgãos (informações claras e objetivas para acesso geral da população);
3. Gestão integrada: Envolvimento e cooperação das secretarias municipais e órgãos da administração como meio de celeridade informacional e resolução de questões relacionadas a coleta de lixo, iluminação pública, segurança, dentre outras;
4. Gestão avaliada: Desenvolver um sistema próprio de avaliação administrativa pela população;
5. Gestão digital: Aproveitar a tecnologia em favor dos serviços aos cidadãos e da eficiência administrativa; criar e desenvolver canais/aplicativos diretos entre a população e a Prefeitura;
6. Eficiência na coleta e aplicação dos recursos públicos;
7. Valorização, desenvolvimento e motivação dos talentos humanos da Prefeitura Municipal de Campina Grande.
8. Gestão integrada, no planejamento e nas ações, à agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, conforme apresentado à Introdução.

DESTAQUE! *A participação da sociedade civil organizada na gestão pública é fundamental e, neste sentido os Conselhos Públicos se colocam como essenciais para a efetividade do controle social e, ainda, no ambiente do pensar e viabilizar políticas próximas às necessidades da população. Atualmente, os Conselhos existentes ou não atuam ou não representam claramente aos anseios populares e, sendo assim, propomos uma **REVITALIZAÇÃO GERAL** que passa pela escolha e nomeação, do que compete ao Poder Executivo, para o quadro de conselheiros de pessoas que atuem na*

área com capacitação e orientação para todos os espaços de representação e acompanhamento na formulação de plano de trabalho a cada área de gestão, além de suporte às condições próprias para seu desenvolvimento. De forma que os Conselhos de Saúde, Educação, Cultura e todos os outros passem a atuar de forma independente, como preceitua a Constituição Federal de 1988.

II) DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO COMO COMBATE ÀS DESIGUALDADES.

Há uma compreensão clara de que os direitos sociais são fundamentais e, sendo assim, oferecer a população menos favorecida o acesso aos serviços públicos de qualidade deve ser a principal referência para um plano de desenvolvimento humano, com o atendimento das necessidades básicas como condição de dignidade humana, a inclusão social e a atenção às vulnerabilidades sociais, como foco para projeção de uma efetiva cidadania.

a) SAÚDE

A Saúde é uma área bastante transversal e, sendo assim, é importante existir integração entre o ODS 3 e os demais ODS. Um dos aspectos da pobreza (ODS 1) é a dificuldade de acesso aos serviços de Saúde, apesar de nossa legislação ser baseada em um sistema de universalização. A questão da nutrição e do combate à fome (ODS 2) tem também relação direta com a área da saúde, pois faz parte do conjunto de orientações da atenção básica às famílias atendidas. Saúde e educação (ODS 4) também estão bastante interligadas, pois já é consenso que as escolas são um lugar de discussão sobre hábitos saudáveis e prevenção e orientação em relação diversas doenças, como, por exemplo, as sexualmente transmissíveis.

A saúde também é protagonista em ações de combate à desigualdade de gênero (ODS 5), com os programas de saúde materna e de orientação sobre gravidez na adolescência. A importância do acesso à água de qualidade e do saneamento como forma de combate a doenças de veiculação hídrica relaciona o ODS 6 ao ODS 4 de forma direta. A saúde tem

ainda uma forte relação com a área do trabalho (ODS 8), e toda uma legislação sobre saúde e segurança do trabalho pauta hoje a relação entre empregados e empregadores. Os problemas ambientais das cidades, como poluição sonora, poluição do ar e falta de mobilidade, podem causar diversas situações relacionadas à saúde dos cidadãos (ODS 11). As questões relacionadas à violência e ao uso de drogas (ODS 16) geram demandas extraordinárias à área da saúde. Por fim, a saúde é uma das áreas em que os meios de implementação e as parcerias (ODS 17) se tornam estratégicas para alcançar os objetivos de universalização.

É preciso melhorar os serviços básicos e especializados de saúde, ampliar a rede de atenção básica e qualificar o atendimento à população, além de viabilizar um sistema forte de prevenção. Nossas principais propostas:

Compromisso zero (ODS): Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, com:

1. Investimento na atenção básica
2. Realização de concursos públicos
3. Redução em pelo menos 50% do tempo resposta em consultas, exames
4. Mutirões de assistência (consultas e exames) no primeiro semestre
5. Mutirões de exames invasivos e cirurgias no segundo semestre
6. Ampliação das UPAS
7. Fortalecer o trabalho da Ouvidoria Geral do SUS junto à Secretaria de Saúde;
8. Implantar o Centro de Recuperação e Desintoxicação voltado para crianças e adolescentes com dependência de drogas lícitas e/ou ilícitas, com foco na prevenção, assistência social e saúde;
9. Ampliar a cobertura do Centro de Especialidade Odontológica – CEO, descentralizando os consultórios e fortalecendo o serviço;
10. Ampliar e assegurar ao ISEA mais leitos e serviços tais como, o Centro de Parto Normal, Casa da Gestante, do Bebê e da Puérpera, acompanhamento no parto, exames de pré-natal, planejamento familiar e acompanhamento da criança;
11. Valorização dos profissionais, sem discriminação, pensando na importância de todos na realização do serviço público enquanto essencial à população;

12. Combate às filas e fichas: informatização da rede de atenção com a implantação do prontuário eletrônico e do cartão do usuário, interligando toda a rede de atenção pública e privada à Secretaria Municipal de Saúde;
13. Fazer funcionar 100% das equipes de Saúde da Família (aqui a questão mais grave é rever a metodologia de ação, que foi deteriorada ao longo desses anos de descaso. O que se deseja aqui é a inversão da lógica da promoção da saúde, que hoje promove mais a doença do que qualquer outra coisa: diálogo de saberes, acolhida, cuidado, educação para a saúde, escuta, atenção.) sendo todas as equipes multiprofissionais;
14. Implementar o Programa de Atendimento Domiciliar para pessoas que não podem se deslocar;
15. Criar uma estrutura própria para gerenciar a assistência farmacêutica, criar o programa de farmácias distritais e garantir a distribuição de medicamentos de uso contínuo em programas já instituídos nas UBSs;
16. Trabalhar nas escolas a prevenção da obesidade, sedentarismo e uso de tabaco e outras drogas, buscando diminuir a hipertensão, diabetes, infarto e Câncer;
17. Desenvolver uma política de atenção integral à saúde do idoso, focando na melhoria da qualidade de vida e na manutenção da sua autonomia e independência.
18. Assistência remota a populações desfavorecidas ou de mobilidade reduzida (idosos, doentes crônicos e outros grupos vulneráveis), gestão de emergências e alertas sanitários, uso de instrumentos de monitoramento da saúde (pressão, temperatura); fomento de dispositivos médicos de autocuidado.
19. Investimento prioritário e permanente na atenção Básica, tanto na reestruturação Física, quando na valorização dos servidores e no suprimento constante dos insumos necessários, por se tratar, da principal porta de entrada do paciente no sistema público de saúde-SUS.
20. O serviço de transporte social de saúde 24h em parceria com o SAMU192
21. A descentralização da Saúde através da consolidação do programa “Saúde Itinerante”.
22. A reativação dos postos de Saúde, que foram implantados nas feiras e mercados de CG, numa organização de comunicação direta com a central de regulação do SAMU 192.
23. Transformar o “Hospital de Galante” que hoje funciona como um centro de saúde, que só funciona nos horários comerciais, num equipamento semelhante a uma UPA porte I,

com atendimento em Clínica Médica, pediatria e odontologia nas 24h, servindo como um equipamento intermediário entre a atenção básica e a rede hospitalar.

24. Seguir as fases complementares de ampliação do Hospital da Criança – Dr. Bezerra de Carvalho com a ala para internação de crianças que necessitam de cirurgias eletivas e funcionamento das UTIs e Centro cirúrgicos.

25. Extinção das demandas reprimidas relacionadas à consultas e exames de imagem, realizando-se mutirões de especialidades e de exames. Com a consequente e posterior melhoria do acesso do paciente aos serviços de saúde do município.

26. Implantação de mais duas Unidades UPAs Porte - I para Campina Grande. Obedecendo critérios técnicos e populacionais norteados pelo Ministério da Saúde, através, da Política Nacional de atenção às Urgências. Melhorando, assim, a grade de referência dos equipamentos hospitalares que atendem urgências.

27. O resgate do PCCV da Saúde municipal, implantado em 2012, como preceito de respeito e valorização do servidor público municipal da saúde de Campina Grande.

28. Em uma sociedade a viver um período de pandemia e que depois passará por um pós pandemia a reestruturação e valorização da coordenação de Imunização e vacinação do município é obrigação ao Poder Público municipal, não permitindo o fechamento de salas de vacina.

29. Garantir a reforma e ampliação do centro de Zoonoses do município.

30. Procurar recursos para implantar um hospital veterinário para a cidade de Campina Grande - PB.

B) EDUCAÇÃO

A Reivindicação por um ensino público, gratuito, laico e de qualidade tem marcado a história das lutas dos trabalhadores desde o século XX até os dias atuais. O compromisso com uma educação que forme cidadãos e cidadãs capazes de se emancipar, que dominem as tecnologias e os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, para conviver e atuar na sociedade pautará as ações do nosso governo.

A compartimentação dos saberes por muito tempo foi apresentada como sendo o único caminho para a realização de um processo educacional completo e, ao mesmo tempo, complexo. Ocorre que ao separar o conhecimento do saber o homem (educando) passou a compreender apenas uma parte do que deveria apreender no concernente ao conhecimento. Neste sentido a implementação da **Base Nacional Curricular Comum – BNCC** - passa a tratar das competências e habilidades do educando no caminho de uma educação integral. Não estamos a falar em educação em tempo integral, mas na formação de um ser completo em suas habilidades e competências.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), em Campina Grande a meta é 50% das crianças de 0 a 3 anos até 2024 inscritas em Creches municipais, mas hoje esse percentual está em 34%. Em relação a Pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), pode-se afirmar que está universalizada, embora com uma presença majoritária da educação privada. Porém, essa universalização na rede municipal foi excludente, pois nenhum das 4.642 crianças matriculadas (Censo 2019), está em período integral, conforme recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI). Quanto ao Ensino Fundamental, a última década demonstra uma diminuição das matrículas na rede municipal e um significativo crescimento da educação privada. Além disso, Campina Grande tem apenas 13,9% dos alunos matriculados em escolas em tempo integral enquanto a meta do PNE é atingir 50% nos próximos quatro anos. Ademais a nossa cidade apresenta um índice de analfabetismo de 10,7% e a meta do PNE é reduzir este dado para no máximo 5% em 2024. Diante deste quadro, nossa coligação apresenta o seguinte compromisso: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Neste contexto, propomos:

1. Ampliar as vagas nas creches, começando pelas comunidades que ainda não dispõem de creches, de forma a atingir a meta até 2025 (Plano Municipal de Educação – PME); Creche/ Pré-escola com foco na emancipação da mulher e na proteção social da criança e do adolescente;
2. Reabrir, paulatinamente, as turmas de Pré-Escolas fechadas nos últimos 02 anos;
3. Ampliar o número de vagas e implementar nos próximos 04 anos a integralidade na pré-escola de Campina Grande.

4. Ampliar a educação em tempo integral (com base na Educação Integral do educando – BNCC) no Ensino Fundamental para atingir 50% dos matriculados, priorizando escolas localizadas nas regiões mais desfavorecidas.
5. Construir parcerias com as universidades públicas com o objetivo de reduzir para próximo de zero o percentual de analfabetos em nossa cidade (Programa ABC Completo). Uma política de reparação com Alfabetização feita por bolsistas das próprias comunidades.
6. Valorização do pessoal a partir dos salários e viabilizando a formação continuada de professores com respeito ao PCCR.
7. Escuta pedagógica para diagnóstico de problemas e encaminhamento de soluções democráticas.
8. Investimento na criação e desenvolvimento de escolas em tempo integral.
9. Investimento na infraestrutura das escolas (considerando o aspecto Pandemia Covid-19), sobretudo nas escolas do espaço rural.
10. Garantia de transporte escolar de qualidade em todas as regiões do município.
11. Garantia da merenda escolar; Gestão descentralizada da merenda a partir da escola; Segurança alimentar e nutricional e percentual de aquisição de 35% de produtos da agricultura familiar.
12. Eleição de gestor escolar de forma democrática / Curso preparatório de Formação administrativa e financeira posterior para gestores eleitos.
13. Apoiar experiências inovadoras: interação entre escolas, foco na vida e não apenas na educação *stricto sensu*, na resolução de problemas, na educação fora das escolas, na dimensão cultural da educação, educação socioeconômica e ambiental. Na escola pós-pandemia, híbrida, de corresponsabilização efetiva entre sociedade e escola.
14. Criação de núcleos de mediação de conflitos nas Escolas com capacitação e atenção ampla para viabilizar a diminuição e o controle de conflitos e trabalho de prevenção do aliciamento de crianças e adolescentes para o tráfico de drogas.

Considerando a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se faz necessário trabalhar uma Campina Grande inclusiva. Neste sentido, o trabalho da gestão estará pautado em diálogo permanente entre as diversas Secretarias na construção de uma Educação Inclusiva, pautada na BNCC, para que as pessoas com deficiência possuam dignidade em seu viver. Sendo assim, estamos a propor:

1. Reforma de todas as unidades escolares para cumprir com as normas relativas acerca da inclusão;
2. Formação continuada de professores para que possam educar, no sentido de cuidar, das crianças com deficiência;
3. Estudo permanente acerca das diversas formas de deficiência, entrelaçando a equipe da Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde para construção de uma política municipal sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nos moldes da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
4. Equipar os espaços da gestão pública de forma que as pessoas com deficiência possam exercer o trabalho com dignidade e sem discriminação;
5. Construir parcerias com as universidades públicas e privadas no sentido de elaboração, juntamente com o Poder Público Municipal, de políticas públicas visando a inclusão das pessoas com deficiência.

C) **SEGURANÇA SOCIAL, TRABALHO E RENDA**

A atenção deve ser no sentido de **diminuir as desigualdades sociais**. É preciso ter olhar para as vulnerabilidades e aproximar a gestão dos problemas reais e cotidianos da cidade, ouvir os cidadãos e garantir políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social.

Neste sentido, algumas de nossas propostas:

1. Centralização da rede de atendimento municipal em redes distritais;
2. Criação de editais para acesso a recursos públicos por associações e redes de atenção às vulnerabilidades;
3. Ampliação do trabalho relacionado a emancipação das mulheres;
4. Estabelecimento de uma Política Especial de atenção às pessoas de rua a partir da estruturação das Casas de Passagem, com programa de alimentação e higiene pessoal e capacitação profissional;
5. Expansão do programa Universidade Aberta à Maturidade (experiência da UEPB) para toda a cidade;
6. Fórum de serviços por regiões - presença de toda a estrutura da Prefeitura;

7. Trabalho integrado com outras secretarias - sistema colegiado e intersetorial;
8. Plano Municipal dialogado de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBTQI;
9. Ampliação e melhoria das casas abrigo para atendimento às vítimas de violência contra a mulher e infantil;
10. Criação de espaço de prevenção e atendimento a vítimas de crimes de intolerância e de violência contra grupos vulneráveis (mulheres, LGBT, idosos, crianças...)
11. Melhoria das estruturas do CRAS e CREAS para que possam, efetivamente, funcionar;

No tocante ao **trabalho**, Campina Grande possui uma classe trabalhadora formal de baixa escolaridade (embora a cidade possua grandes centros de formação no campo universitário), tornando-se bastante suscetível as oscilações econômicas, engrossando as fileiras da informalidade que, atualmente, chega a 53% dos trabalhadores paraibanos (IBGE, 2019). Sendo assim, é preciso compreender as potencialidades da cidade e seu perfil econômico para traçar propostas efetivas, iniciando pela oferta de uma formação de qualidade estamos propondo um MAIS TRABALHO MAIS RENDA.

1. Oferta de cursos básicos profissionalizantes para colaborar na geração de renda das famílias;
2. Criação de aplicativo para integrar pequenos comerciantes a assessorias técnicas e assim facilitar o acesso ao crédito e novas modalidades de comércio;
3. Incentivo a criação de cooperativas de pequenos comerciantes;
4. Serviços de apoio a empreendedores e empresas locais, para que aproveitem ao máximo as possibilidades de venderem pela Internet; A disponibilização de acesso à Internet proporcionados por comércios que ao mesmo tempo são ferramentas de marketing ao conectarem esses negócios com as mídias sociais;
5. Estímulo ao desenvolvimento de Aplicativos que permitem fazer ofertas comerciais personalizadas para o desenvolvimento dos pequenos negócios, agricultura familiar, economia solidária;
6. Estimular, em parceria com Universidade, estudos e levantamentos de informação sobre a afluência e o deslocamento de cidadãos com a finalidade de adaptar os serviços urbanos às suas necessidades ou tomar decisões com base em seus hábitos.

D) CULTURA

DIRETRIZES

A política cultural da Secretaria de Cultura deverá propiciar:

- A universalização e o acesso à informação acerca dos valores culturais e da memória artística e arquitetônica do município de Campina Grande; Assegurar, sobretudo e defender a liberdade de expressão religiosa da população, como valor humano e cultural;
- A socialização do conhecimento artístico e da produção cultural da cidade;
- A formação da cidadania a partir da identidade cultural do indivíduo;
- O desenvolvimento e fortalecimento da arte na escola visando, a partir do ensino fundamental, a interação entre as diferentes identidades culturais dos alunos da rede municipal de ensino e os conteúdos programáticos;
- O registro e a difusão dos produtos artístico-culturais de Campina Grande;
- O fortalecimento das identidades culturais campinenses visando consolidar o perfil cultural do município;
- O intercambio das ações artístico-culturais com a política municipal de turismo, alicerçando-a através do fazer artístico, da preservação arquitetônica e da memória, da conscientização pela vida e pelo meio ambiente e da elevação da autoestima da população em relação ao lugar em que se vive;
- A realização de ações artístico-culturais nas diversas comunidades campinenses onde o fato cultural acontece, fortalecendo, naqueles locais, as identidades e o valor dos que ali produzem arte e cultura.

ESTRATÉGIAS

1. Realizar Assembleias públicas a cada trimestre, em caráter permanente, e extraordinariamente sempre que a comunidade cultural assim o solicite, com os artistas e produtores de arte e cultura de Campina Grande, visando estreitar a relação Governo/Sociedade, em busca de uma convivência crítica, onde o Gestor Cultural deve ter a consciência do diálogo e da troca de saberes, cujo objetivo maior é fortalecer a produção artístico-cultural do município;
2. Realizar anualmente, uma edição do Fórum Municipal de Políticas Públicas de Cultura, visando construir práticas coletivas e ações culturais cidadãs, além de

debater os programas e os projetos implantados, em andamento e/ou a serem implantados para corrigir os rumos e os objetivos.

3. Elaborar projetos junto aos Órgãos Governamentais, em seus três níveis, de custeio a cultura, visando à obtenção de recursos extraorçamentários para dar suporte aos programas do gestor municipal de cultura;
4. Celebrar convênios, contratos e compartilhar programas e projetos com as Organizações Não-Governamentais de natureza cultural;
5. Estabelecer Consórcio Cultural com Empresas de grande, médio e/ou pequeno porte que queiram agregar Valor Cultural aos seus produtos;
6. Criar a MARCA CAMPINA GRANDE CULTURAL, a ser usada em todos os eventos e promoções da Prefeitura Municipal Campina Grande - SECULT;
7. Programar a socialização do fazer artístico-cultural, criando opções de acesso aos equipamentos artísticos localizados em Campina Grande;
8. Estimular ações que oportunizem práticas transdisciplinares de arte na rede municipal de ensino, a partir das ações da Coordenadoria de Educação Artística;
9. Programar Convênios com as Instituições de Ensino Superior: UEPB, UFCG e UNIFACISA, UNESC, CESREI, FIP, UNINASSAU, REBOUÇAS e demais instituições de ensino, para viabilizar a realização de projetos como: Projeto Arte e Cultura na Escola, visando implementar em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino de Campina Grande, Oficinas de Danças populares, Teatro, Capoeira, Canto Coral, Cinema, Desenho e Pintura; e outras habilidades.
10. Elaborar projetos técnicos para equipamentos culturais (cenotécnico, videográfico, iluminação, urdimento, sonorização, mobiliário da plateia);
11. Elaborar, em consonância com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Obras, Projeto a ser enviado pelo Prefeito Constitucional do Município a Câmara de Vereadores no sentido de tornar item permanente, em todos os projetos de construção de escola pública em Campina Grande, um espaço físico no imóvel para a prática das manifestações artístico-culturais da escola e da sua comunidade circunvizinha;
12. Oportunizar, através de anfiteatros nas praças e parques, práticas artístico-culturais nas comunidades;
13. Estabelecer convênios, contratos e parcerias com instituições, ONGs, grupos e empresas privadas visando trazer para o município exposições, mostras, festivais,

- concertos, espetáculos, seminários culturais e outras formas de atividades artístico-culturais, visando fazer ferver o município em termos de atividades culturais;
14. Elaborar e publicar o Catálogo da Produção Cultural de Campina Grande com o registro dos artistas, seu endereço de trabalho e sua produção;
 15. Instalar placas, a partir da realização de um Concurso de Poesia, contendo poemas de poetas e poetisas de Campina Grande, ao longo das praças e logradouros públicos;
 16. Criar, dentro do calendário acadêmico, a Feira de Literatura da Rainha da Borborema.

E) *ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE*

1. Espaço adequado para academias populares: cuidado e acompanhamento de profissionais da educação física;
2. Programa específico para uma política de esportes nas escolas públicas, com aplicativo específico para acompanhamento das metas de desempenho, além de uma bolsa talento esportivo como forma de estimular os estudos e também desenvolver para o esporte;
3. Estímulo à prática de esporte nos parques com a melhoria da iluminação e segurança pública;
4. Instituição de um calendário esportivo, recreativo e de lazer do Município;
5. Formação e valorização do quadro municipal de profissionais da educação física;
6. Investimento em modalidades esportivas na Rede Municipal de Ensino objetivando a criação de espaços de identificação de atletas nas escolas municipais;
7. Implantar o Projeto Feliz Cidade, dotando os parques e praças de estrutura para a promoção de oficinas, aulas temáticas, das diferentes manifestações culturais e esportivas; construção de pistas para caminhada, playground, áreas para atividades corporais ao ar livre, além de quadras e campos esportivos;
8. Implantar o projeto xadrez educacional nas escolas públicas municipais e nos espaços de lazer existentes;
9. Promover o Viradão Esportivo com a realização de várias modalidades esportivas em um único dia (domingo);

10. Implantar um fórum permanente entre a administração municipal, os clubes e a Liga de Futebol;
11. Investimento em competições amadoras, iniciando com o resgate da Copa Rainha da Borborema de futebol amador;
12. Criar centros de treinamentos nos bairros, com infraestruturas, profissionais da educação física e com metas e desenvolvimento de diversas práticas esportivas. Possibilidade de premiações/bolsas para incentivar destaque de atletas por desempenho;

F) MOBILIDADE URBANA

Constata-se ser o transporte público deficitário o que facilita a migração para outros sistemas alternativos. O desafio da gestão é diminuir o custo e aumentar a qualidade do serviço.

1. Garantir a integração total.
2. Através do plano diretor, viabilizar a aproximação do transporte às pessoas.
3. Priorizar o transporte público, tendo a pessoa como referência.
4. Viabilizar a participação social e ampla no Conselho tarifário.
5. Criar concursos de projetos sobre mobilidade para aproximar o pensamento e o trabalho acadêmico da gestão pública de trânsito e transporte.
6. Estudar uma perspectiva de “la troncal” a curto prazo para melhorar o sistema viário.

Também,

7. Aumentar a adesão ao uso da bicicleta de 4,4% para 10%, inclusive com ampla campanha de educação.
8. Garantir o espaço do caminhar, com um plano municipal de calçadas.

III) INFRAESTRUTURA, URBANISMO E DIREITO À CIDADE.

São alguns dos eixos deste pensar:

- Tornar a cidade um ambiente seguro, inclusivo, resiliente e sustentável.
- Considerar, no planejamento e nas ações, as mudanças climáticas e seus efeitos sobre a cidade e adotar medidas urgentes para combater seus impactos
- Construir infraestruturas resilientes e promover uma industrialização inclusiva e sustentável e com foco na inovação.
- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos
- Promover tecnologias limpas, eficiência energética e infraestrutura de baixa emissão de carbono na indústria.
- Calçadas mais amplas, iluminação adequada, fortalecimento dos bairros, estimular varandas urbanas
- Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis;
- Reduzir o impacto ambiental negativo per capita da cidade;
- Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes;
- Propomos efetivamente:

1. Criar a Companhia Imobiliária e Patrimonial, com atribuições que visem à proteção do patrimônio público e que se constitua como aporte de orientação para a implantação de um plano diretor, que por meio de licitação pública, estabeleça a destinação de áreas, baseados em critérios de ordenamento e zoneamento, visando ao atendimento das necessidades específicas da população, a exemplo de postos de gasolina, supermercados, bancos, e outros serviços. Também competirá à Companhia a definição dos critérios para cessão e doação de áreas públicas;

2. REVITALIZAÇÃO ESTAÇÃO VELHA - O processo de Revitalização da Estação Velha perpassa pela necessidade de intervenção, por parte do Poder Público Municipal, em resguardar a história da cidade e, ao mesmo tempo, ser construtor de estruturas espaciais a viabilizar a economia, geração de emprego e renda, turismo, comércio, modificações urbanas e paisagísticas. Neste sentido, olhar para a Estação Velha, no limite com o bairro do Catolé e do Centro da cidade de Campina Grande – PB é mais que necessário. Portanto, A sua localização: o entorno é servido por algumas das principais vias de circulação da cidade, como a Avenida Vigário Calixto, Rua Benjamim Constant e Rua Padre Aristides Ferreira da Cruz dentro de um projeto de intervenção urbanística potencializa a economia turística da cidade de Campina Grande, ao tempo em que recupera região espacial dos tempos áureos do algodão na Rainha da Borborema.

3. Realizar estudos de viabilidade técnica para definir área rural no município a ser desapropriada para futura construção do Aeroporto Internacional de Campina Grande.

4. Abrir edital de Chamada Pública para promover estudos acerca do Plano Diretor do Município, de modo a oferecer um Projeto de Intervenção Urbana que prepare Campina Grande para os próximos 50 anos.

Neste sentido não se pode deixar de tratar de SEGURANÇA URBANA no sentido de aperfeiçoar o papel preventivo no campo da segurança, buscar integração com os sistemas estadual e federal e promover o diálogo, os direitos humanos e a educação para segurança. Portanto a Instituição, articulação e fortalecimento de Comitês setoriais envolvendo as escolas, as comunidades, as associações e ONGs nesse debate para definição de um Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção às Violências. Esse plano deve apontar para uma ação articulada da gestão porque Segurança não pode ser algo de um setor específico da administração, mas um compromisso de toda a estrutura. Sendo necessário para isso a ampliação e capacitação da GUARDA MUNICIPAL. Considerando, ainda, a necessária aproximação de uma parceria com o setor comercial para aprimorar um sistema eficiente de vigilância eletrônica. ***Não obstante, a necessária construção de parceria junto ao Governo do Estado no que diz respeito à ampliação, e melhor distribuição, dos efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil.***

IV) AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Apesar do relativo descaso de sucessivos governos municipais, os distritos têm uma relação muito importante com o município, sua economia, cultura e a vida das pessoas de modo geral. A população rural reduzida não justifica que cidadãos e cidadãs sejam excluídas das políticas públicas essenciais. A necessidade de implantar administrações regionais nos distritos (nos moldes de sub-prefeituras) viabilizará uma relação mais direta com as pessoas, a busca e construção de soluções para os problemas mais candentes. A vida nos distritos e na zona rural merece ser vivida com dignidade. Neste sentido propomos:

1. Fortalecer a Agricultura familiar por meio do apoio permanente à produção, garantia de aquisição de produtos para a merenda escolar; Realização de Feiras da Agricultura Familiar e Feiras Agroecológicas em dias alternados e local alternativos em parceria com as Universidades e Instituições da sociedade civil;
2. Garantir o suporte de banco de sementes e da palma para distribuição nas épocas corretas;
3. Viabilizar áreas irrigadas no Açude José Rodrigues em Galante e fortalecer o plantio de produtos de tradição local, como a fava, de modo a garantir renda familiar o ano inteiro;
4. Estabelecer parcerias sólidas e com contrapartidas reais entre PMCG e Instituto Nacional do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, EMPAER e demais instituições de Ensino, Ciência e Tecnologia para o fortalecimento das culturas locais com potencial de geração de emprego e renda para as famílias da zona rural;
5. Criar programa permanente de produção de alevinos e Estrutura de formação de produtores para a Piscicultura, criando condições de ampliação da capacidade produtiva do município, aproveitando o potencial dos grandes reservatórios como o Açude José Rodrigues e de todos os de menor porte com potencial para produção de peixes.
6. Estabelecer parcerias permanentes com o Governo do Estado para a retomada das Feiras Agropecuárias anuais, bem como o funcionamento permanente do Parque de exposições transformando-o em verdadeiro espaço permanente de negócios para agricultores e pecuaristas de toda a região do compartimento da Borborema.

V. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A intrínseca relação de Campina Grande com a ciência & tecnologia remonta à metade do século XX. Ainda no auge da era do algodão, visionários inovadores criaram a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica - FUNDACT, que deu origem à URNE 12 anos depois, hoje a Imprescindível UEPB. A antiga escola politécnica, depois Universidade Federal, a Escola Redentorista, o CITTA, a Fundação Parque Tecnológico, o SENAI, o Centro de Tecnologia Albano Franco, todas estruturas fundamentais devotadas à ciência, Tecnologia e Inovação.

Nenhuma gestão campinense até hoje soube aproveitar este potencial, verdadeiro tesouro moderno gerador de riqueza, divisas, emprego e renda. Campina Grande é uma cidade universitária, um verdadeiro celeiro de cérebros excepcionais, mas este fator, por si só, não é capaz de impulsionar o desenvolvimento. Precisa da ação consciente, determinada e articuladora do Governo Municipal. Vamos explorar este potencial, valorizar o conhecimento gerado nas diversas instituições de pesquisa e ensino superior públicas e privadas, visando transformar conhecimento em riqueza e qualidade de vida para os cidadãos e cidadãs.

1. Fazer inventário, atualização e/ou adequação da legislação, instrumentos e políticas de apoio à CT&I no município.
2. Firmar parcerias com Universidades e centros de ensino e pesquisa para o enfrentamento de problemas relacionados ao cumprimento das metas dos objetivos ODS;
3. Recuperar, reequipar e transformar o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia num espaço de criatividade, experimento, integração entre escola e universidade, e apropriação social da ciência e da tecnologia.
4. Recuperar, reequipar e transformar o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia num espaço de criatividade, experimento, integração entre escola e universidade, e apropriação social da ciência e da tecnologia.
5. Abrir editais de chamada pública permanente para a constituição de grupos de pesquisadores na apresentação de projetos em todas as áreas do conhecimento que demandam aplicação na solução de problemas do município;

6. Transformar a Secretaria de Ciência e Tecnologia em verdadeiro polo articulador da inteligência científica local em prol da geração de riqueza, com a efetiva atração de empresas de base tecnológica para o município;
7. Promover diagnóstico detalhado de problemas da cidade, um inventário de soluções existentes, mapeamento de necessidades com um olhar particularmente voltado às periferias;
8. Identificação de competências das instituições de pesquisa da cidade, buscando o alinhamento com as necessidades da cidade e as prioridades da gestão;
- 9. Uma estratégia de letramento digital em massa da população, que envolva capacitação em empreendedorismo e trabalho colaborativo;**
10. Pequenos projetos, multissetoriais, com entregas rápidas, interativas, baseadas em metodologias ágeis, sempre olhando para as competências e necessidades da cidade;
11. Montar um time de excelência na elaboração de projetos e de prospecção de financiamentos não tradicionais.
12. Criar o Coworking municipal, onde o espaço será direcionado para novas startups e o município ajudará, com a participação da AMDE e do fundo municipal de ciência e tecnologia, as empresas a se desenvolverem.